



PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO DE 2016

RELATÓRIO DE
GESTÃO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
for
J. Barros
+

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



1. Introdução

Em conformidade com o preceituado na legislação aplicável submete-se à aprovação do executivo municipal o Relatório de Gestão e demais documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício financeiro de 2016 para apreciação e votação dos órgãos deliberativos.

De forma resumida, o presente Relatório sistematiza a execução orçamental durante o exercício económico de 2016 e a situação económico-financeira do Município no final desse período, com o intuito de espelhar a eficiência na utilização de meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pelo Município e a eficácia na realização dos objectivos propostos.

Assim, inicia-se o relatório com a execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da receita e da despesa. De seguida apresenta-se a análise do endividamento municipal, para depois se demonstrar a evolução económica e financeira do Município, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial – Balanço e Demonstração de Resultados, identifica-se ainda os resultados operados no exercício; apresentam-se e analisam-se alguns indicadores de gestão, terminando com a proposta de aplicação do Resultado Líquido de Exercício.

Nota: Os valores são apresentados nos diversos quadros, em Euros (€), pelo que poderá haver alguma discrepância nas somas derivada aos arredondamentos.

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including the name 'João' and a signature that appears to be 'João' with a large flourish.]



[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including the name 'Luis Pereira' and a date '2017'.]

2. Análise Orçamental

2.1. Execução Orçamental

A análise efectuada à execução orçamental, pretende verificar qual a execução das receitas (correntes/capital) e despesa (correntes/capital) do exercício económico de 2016, confrontando as previsões com as execuções do orçamento.

A execução orçamental do Município apresenta-se no quadro resumo que se segue:

Quadro1-Resumo da Execução Orçamental

Natureza	Previsão Corrigida (a)	Execução (b)	Desvio (b-a)	Taxa de Execução (b/a)
Receitas	12.554.198	10.375.243	- 2.178.955	82.64
<i>Corrente</i>	<i>9.070.863</i>	<i>6.852.089</i>	<i>- 2.218.774</i>	<i>75.54</i>
<i>Capital</i>	<i>575.313</i>	<i>613.859</i>	<i>38.546</i>	<i>106.70</i>
<i>Outras</i>	<i>2.908.022</i>	<i>2.909.295</i>	<i>1.273</i>	<i>100.04</i>
Despesas	12.554.198	8.477.917	- 4.076.281	67.53
<i>Correntes</i>	<i>8.593.132</i>	<i>5.247.142</i>	<i>- 3.345.990</i>	<i>61.06</i>
<i>Capital</i>	<i>3.961.066</i>	<i>3.230.775</i>	<i>- 730.291</i>	<i>81.56</i>

O orçamento corrigido final de 2016 do Município de Carrazeda de Ansiães situou-se nos 12.554.198€.

Do quadro apresentado constatamos que a taxa de execução da receita foi de 82.64%, o que significa que para uma previsão final de 12.554.198€ se atingiu uma execução de 10.375.243€, representando um desvio de (-) 2.178.955€.

Ao comparar a despesa paga com a despesa prevista em orçamento, constata-se que a sua execução foi de 67.53%, tendo sido pago o montante de 8.477.917€, apresentando um desvio de (-) 4.076.281€.

Em matéria de execução orçamental da Receita constata-se que as receitas correntes cumpriram com uma taxa de execução de 75.54%, com um valor de receita arrecadada de 6.852.089€ e as receitas de capital atingiram uma execução de

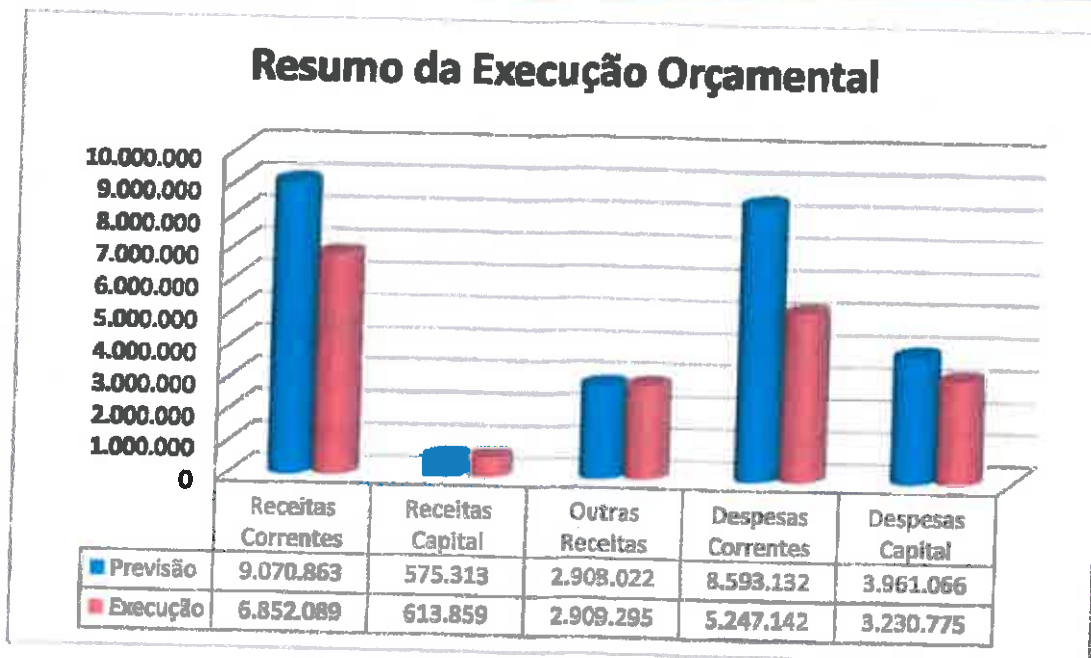


106.70% do total final orçamentado, sendo as receitas de capital as que mais se destacam na realização do orçamento.

No capítulo das Despesas regista-se que a taxa de execução das despesas correntes foi de 61.06%, o que significa que para uma previsão final de 8.593.132€ se atingiu uma execução de 5.247.142€, originando um desvio de (-) 3.345.990€.

No que respeita às despesas de capital estas apresentam níveis mais elevados, uma vez que para uma previsão de 3.961.066€ atingiu uma execução de 3.230.775€, correspondendo a uma taxa de execução de 81.56%.

Gráfico de resumo da Execução Orçamental



Analisando o gráfico supra citado verifica-se que o recebimento da receita é substancialmente superior à despesa.

A abordagem feita neste tópico, tem por base os mapas de execução orçamental da receita e da despesa que fazem parte dos documentos da Prestação de Contas.



Os gráficos que se seguem apresentam de forma sucinta a execução orçamental da Receita e da Despesa:

Gráfico2. Execução Orçamental da Receita

Execução Orçamental - Receitas

■ Receltas Correntes ■ Receltas Capital ■ Outras Receltas

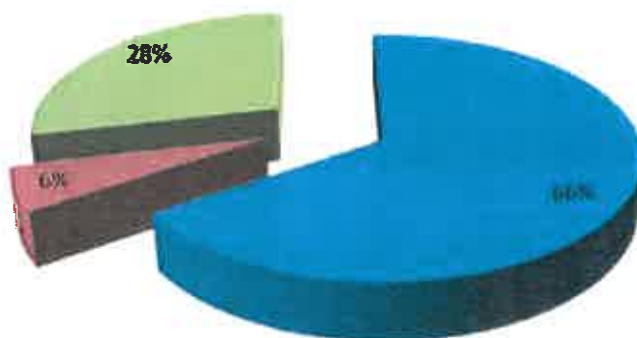
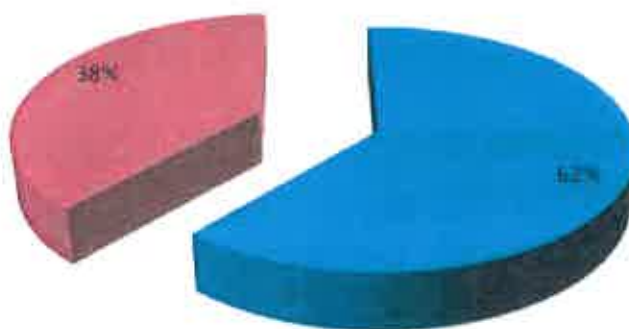


Gráfico3. Execução Orçamental da Despesa

Execução Orçamental - Despesas

■ Despesas Correntes ■ Despesas Capital



[Handwritten signatures and notes on the right margin]



2.2. Princípio do Equilíbrio Orçamental

De realçar que o Orçamento é composto por receitas correntes e por receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual natureza; e está sujeito ao Princípio do Equilíbrio Orçamental, sempre na óptica de optimização de recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Para aferir o cumprimento do Equilíbrio Orçamental insere-se o seguinte quadro:

Quadro 2 - Equilíbrio Orçamental - 2016

	Valor
Equilíbrio Orçamental	1.258.481
Receita Corrente Bruta Cobrada	6.882.089
Despesa Corrente Executada	5.247.142
Amortizações Médias de Empréstimos de médio e longo prazos	346.466

Da análise do quadro ora apresentado, é possível concluir que no ano económico de 2016 o Princípio de Equilíbrio Orçamental foi cumprido de acordo com as exigências da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, tendo a receita corrente cobrada bruta sido superior ao somatório das despesas correntes e das amortizações médias de médio e longo prazos, gerando uma poupança corrente de 1.258.481€.

De referir que o Município de Carrazeda de Ansiães respeitou na íntegra o Princípio do Equilíbrio Orçamental; tais condições, em termos de execução orçamental funcionam como forma de contenção do deficit orçamental e de formação da poupança corrente tendo em vista a sua aplicação nas despesas de investimento.

Quadro 3 - Execução Orçamental - 2016

	Valor
Saldo de Gerência (a)	2.908.021
Receita Arrecadada (b)	7.467.222
Despesa Paga (c)	8.477.917
Saldo a transferir (a+b-c)	1.897.326

Conclui-se pois, que a despesa global paga foi superior à receita global arrecadada em 1.010.695€. Contudo, se a este montante acrescentar o saldo da gerência anterior

[Handwritten signatures and initials on the right margin]



de 2.908.021€, obtemos um saldo de gerência a transitar para o ano económico seguinte no valor de 1.897.326€.

2.3. Análise da Receita

O quadro resumo que se apresenta seguidamente ilustra a execução da receita orçamental no ano de 2016, realizada pelo Município de Carrazeda de Ansiães, bem como efetua a comparação entre os montantes previstos em orçamento e o executado no ano económico em apreço.

Quadro4: Execução da Receita

Designação	Previsão	Execução	Peso	Taxa Executada
Receitas Correntes	9.070.863	6.852.089	68.04	75.54
Receitas de Capital	575.313	613.859	5.92	106.70
Outras	2.908.022	2.909.295	28.04	100.04
Total	12.554.198	10.375.243	100%	82.64

No decurso de 2016 o Município de Carrazeda de Ansiães registou uma entrada total de receita global de 10.375.243€, representando uma taxa de execução de 82.64% relativamente ao orçamento previsto.

Assim, em relação às receitas correntes importa realçar que a receita corrente prevista totalizou 9.070.863€, tendo-se executado 6.852.089€, o que corresponde a uma taxa de execução da receita corrente de 75.54%.

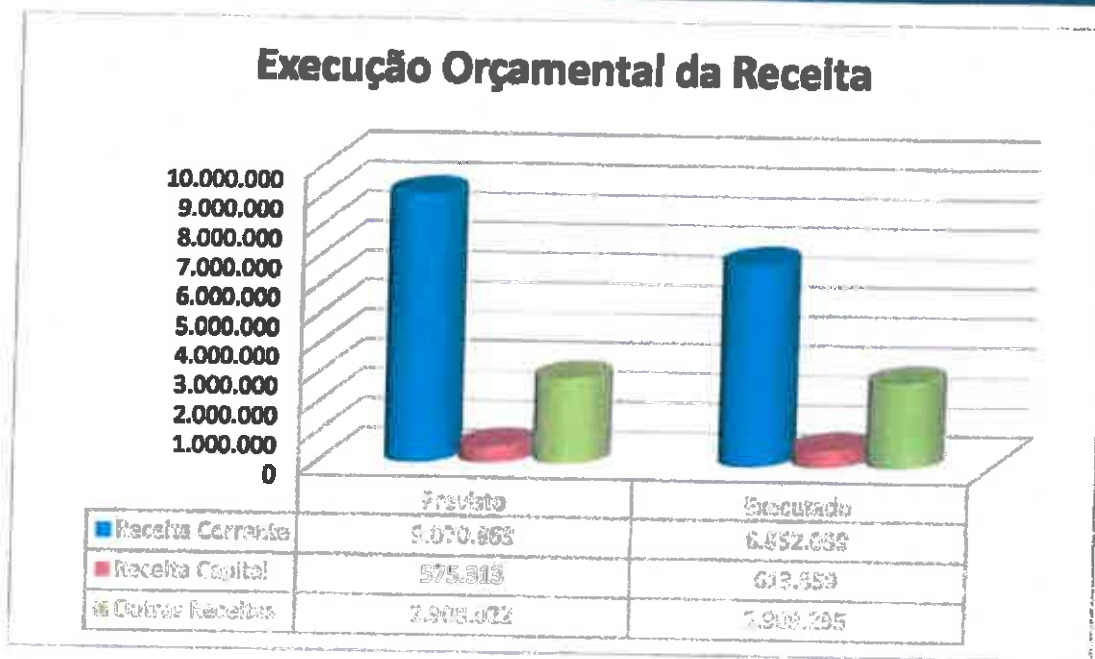
Realça-se que a receita de capital prevista foi de 575.313€ e a taxa de execução foi de 106.70% face ao previsto.

Em suma, o Município de Carrazeda de Ansiães arrecadou no exercício económico de 2016 uma receita corrente de 6.852.089€, 613.859€ de receitas de capital e 2.909.295€ de outras receitas, perfazendo um total de 10.375.243€, no que diz respeito às receitas municipais.

O gráfico seguinte ilustra a composição da receita corrente e de capital nos montantes previstos e executados no ano de 2016:



Gráfico A - Execução Orçamentária da Receita Corrente - Capital



Handwritten notes and signatures on the right margin:
 - A signature at the top right.
 - The text "B. Form" written vertically.
 - A signature below "B. Form".
 - A large scribble or signature at the bottom right.

Por forma a compreender melhor este capítulo, procede-se a uma apreciação da estrutura da receita.

Gráfico B - Estrutura da Receita

Receitas	Execução	%
Receitas Próprias	1.426.129	19.10
Correntes	1.426.129	19.10
Capital	0	0
Transferências	6.839.818	80.90
Correntes	5.425.859	72.68
Capital	613.859	8.22
Total	7.465.947	100%

O capítulo das receitas próprias compreende todos os recursos financeiros que são permitidos aos Municípios cobrarem.



Quadro6: Estrutura das Receitas Próprias

Receitas	Execução	%
Correntes	1.426.129	100
<i>Impostos Directos</i>	813.175	43.00
<i>Impostos Indirectos</i>	3.486	0.24
Taxas, Multas, O. Penal.	50.267	3.53
Rendimentos Propriedade	388.035	27.21
Venda bens/serviços	130.397	9.14
Outras Receitas	240.769	16.88
Capital	0	0
Venda Bens Investimento	0	0
Activos Financeiros	0	0
Outras Receitas	0	0
Total	1.426.129	100%

Com base no quadro acima apresentado, as receitas fiscais constituem um contributo determinante na estrutura da receita da autarquia, sendo os impostos directos a deter um peso importante no cômputo geral das receitas próprias, com um valor 613.175€, representando 43% das receitas próprias.

No capítulo dos impostos indirectos foram arrecadados apenas 3.486€ e no âmbito das taxas, multas e outras penalidades foi possível arrecadar 50.267€.

Já nos rendimentos de propriedade a arrecadação foi de 388.035€, e o encaixe financeiro na rúbrica da venda de bens e serviços foi de 130.397€.

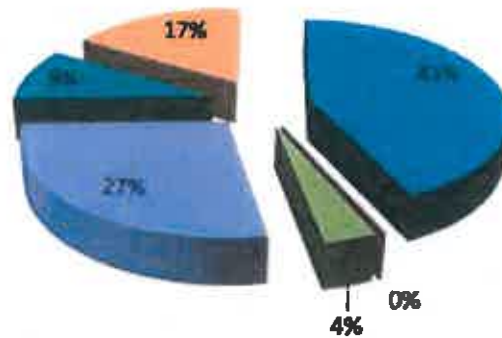
Por fim, em matéria das rúbricas das Receitas Próprias na componente capital -- Venda de Bens de Investimento, Activos Financeiros e Outras Receitas, não registaram qualquer execução.



Gráfico 5: Estrutura das Receitas Próprias

Estrutura das Receitas Próprias

- Impostos Diretos
- Impostos Indiretos
- Taxas, Multas e Outras Penalidades
- Rendimentos de Propriedade
- Venda de Bens e Serviços
- Outras Receitas



Handwritten notes and signatures on the right margin, including a signature that appears to be 'A. Soares'.

Quadro 7: Estrutura das Transferências

Receitas	Execução	%
Correntes	5.425.959	89,84
Fundos Municipais	5.321.754	88,11
Outras	104.205	1,73
Capital	613.859	10,16
Fundos Municipais	575.303	9,52
Exterior	38.556	0,64
Total	6.039.818	100%

Neste ano económico verifica-se que as receitas provenientes das transferências-correntes e de capital, continuam a assumir grande preponderância no contexto global da receita, com uma vantagem clara nas correntes, mostrando uma certa dependência que o Município tem perante os fundos municipais.



2.4. Análise da Despesa

Para um melhor entendimento vamos a analisar a estrutura da despesa ao nível da previsão e da execução numa óptica de caixa.

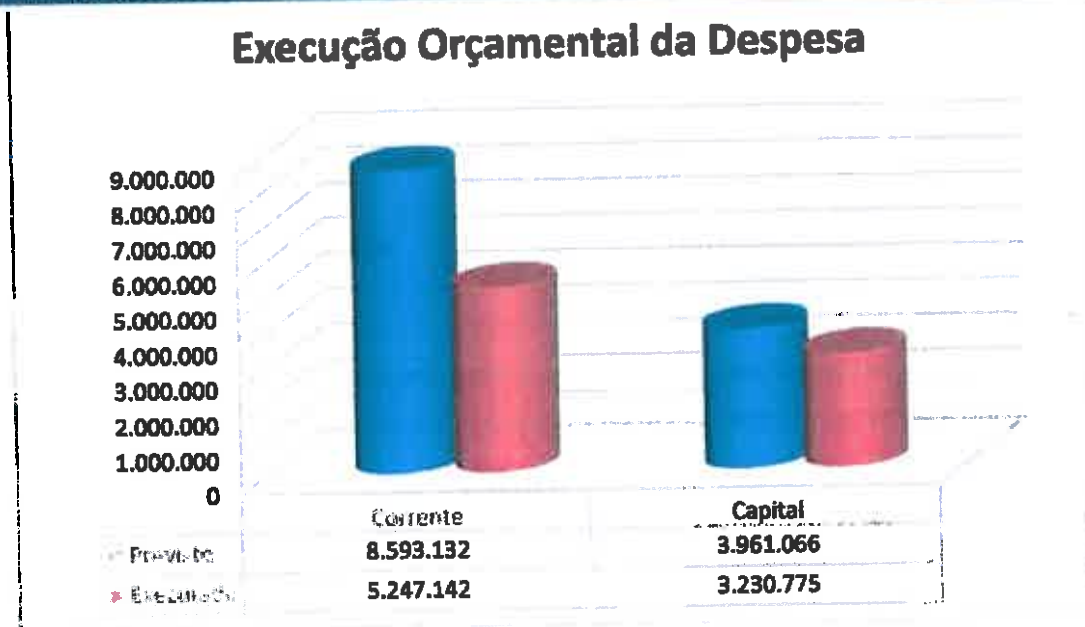
Quadro8: Estrutura da Despesa

Designação	Previsão	Paga	%	Taxa Execução
Corrente	8.593.132	5.247.142	61.89	61.06
Capital	3.961.066	3.230.775	38.11	81.56
Total	12.554.198	8.477.917	100%	67.53

A despesa paga global foi de 8.477.917€, verificando-se que a despesa corrente executada foi de 5.247.142€ e a de capital foi de 3.230.775€.

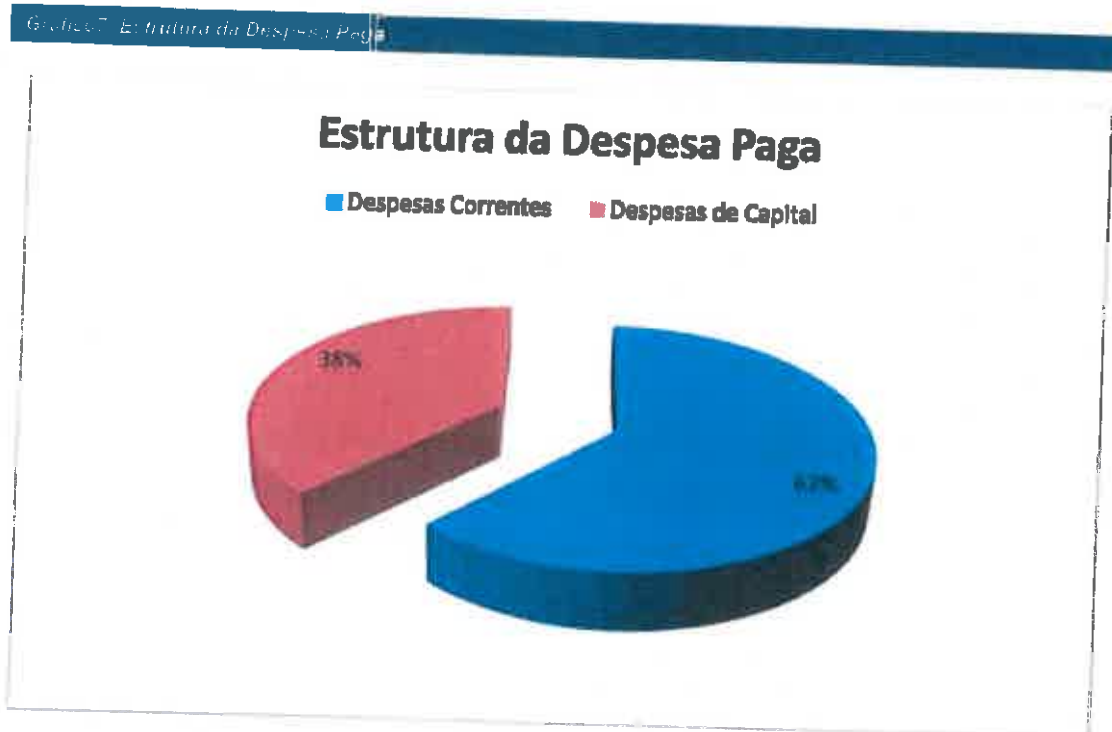
Por comparação com o orçado final para o ano, a taxa de execução da despesa geral é de 67.53%, observando-se que, em sede de despesa corrente, a taxa de execução é de 61.06% e em matéria de despesas de capital é de 81.56%.

Gráfico6: Execução Orçamental da Despesa Corrente / Capital





O gráfico seguinte ilustra estrutura da despesa paga pelo Município de Carrazeda de Ansiães no ano de 2016:



[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Por forma a compreender melhor este capítulo passamos a uma abordagem de despesa sob a perspectiva da estrutura das despesas de funcionamento, seguida de uma abordagem das transferências e subsídios, passando ao investimento global, para por ultimo, abordar o serviço da dívida.

Quadro 1 - Estrutura das Despesas de Funcionamento

	Paga	Funcionamento %	Correntes %	Total %
Pessoal	2.468.060	58.13	47.04	29.11
Aquisição Bens/Serviços	1.755.849	41.35	33.46	20.71
Outras Correntes	21.818	0.52	0.42	0.28
Total Funcionamento	4.245.527	100%	80.92	50.08
Total Correntes	5.247.142		100%	61.89
Total Geral	8.477.917			100%



As despesas de funcionamento são compostas por: Despesas com o Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Outras Despesas Correntes.

Estas despesas retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo Município.

Posto isto, as despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços, e ao nível destas despesas no ano 2016, as despesas com o pessoal assumem-se como o grupo das despesas com maior expressão, obtendo um peso de 58.13%, seguindo-se as despesas com a aquisição de bens e serviços com 41.35%.

Na globalidade do total das despesas correntes, as despesas com o pessoal representam 58.13% das despesas de funcionamento, 47.04% das despesas correntes e 29.11% das despesas totais, em termos de despesa paga.

Quadro10. Estrutura das Transferências Correntes e Subsídios

	Paga	%
Transferências Correntes	995.683	100
Soc. e quase soc. não financeiras	132.795	13.34
Administração Central	211	0.02
Administração Local	413.664	41.55
Inst. S/ Fins Lucrativos	289.977	29.12
Famílias	159.036	15.97
Subsídios	0	0
Total Transf. + Subsídios	995.683	100
Total Correntes	5.247.142	18.93
Total Geral	8.477.917	11.74

No agrupamento das transferências correntes englobam-se os montantes das transferências para instituições sem fins lucrativos, para freguesias, para as famílias e as diversas instituições que desenvolvam actividades de interesse municipal.



A rubrica das transferências correntes continua a deter um peso significativo na execução orçamental do Município, representando um valor pago de 995.683€ e correspondendo a 18.98% das despesas correntes e 11.74% das despesas totais.

Quadro 11: Estrutura do Investimento Global

	Paga	Investimento Global %
<i>Aquisição Bens Capital</i>	2.722.558	95.32
<i>Transferências Capital</i>	98.105	2.38
<i>Ativos Financeiros</i>	65.556	2.30
Total Geral	2.886.219	100%

O investimento global do Município é composto pelas aquisições de Bens de Capital, Transferências de Capital e Ativos Financeiros.

Neste âmbito assumem preponderância as despesas com a aquisição de bens de capital que se traduz na execução do PPI, correspondendo a uma despesa paga de 2.722.558€.

Quadro 12: Estrutura de Serviços e Dívida

	Paga	%
<i>Encargos Financeiros</i>	4.825	1.30
<i>Passivos Financeiros</i>	374.558	98.70
Total	379.484	100%

O serviço da dívida do Município é caracterizado pelos Encargos financeiros e pelos Passivos Financeiros.

A rubrica de passivos financeiros reporta-se às amortizações pagas com os empréstimos de médio e longos prazos contraídos pelo Município junto das instituições bancárias e totalizou o montante de 379.484€.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a signature that appears to be 'for Absence' and several scribbles.



3. Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no nº 1 do art.º 52 da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, o limite da dívida total para cada Município em 2016 é apurado da seguinte forma: "O valor da dívida total das operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1.5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores".

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O limite da dívida total do Município em 2016, é apurado do seguinte modo:

Quadro13: Limite da Dívida Total em 31-12-2015 – Art.º 52 e 54º da Lei 73/2013, de 3 de setembro

	Designação	Valor
(1)	Receita Corrente Líquida	6.906.721
	Receita Corrente Líquida 2013	6.847.588
	Receita Corrente Líquida 2014	6.780.178
	Receita Corrente Líquida 2015	6.844.829
(2)	Média R.C.L. nos 3 anos anteriores	10.287.244
(3)=(2)*1.5	Limite da Dívida Total	1.706.389
(4)=(5)+(6)	Dívida Bruta do Município	1.659.681
(6)	Empréstimos de mlp	46.768
(6)	Dívida a Fornecedores	752.351
(7)	Dívida Bruta das Entidades	
	ADRV	2.040
	ANMP	332
	DESTEQUE	0
	Ensinanslaes	359.290
	Fundação Museu do Douro	3.623
	CIMDOURO	0
	AMTQTM	387.068
(8)= (4)+(7)	Total	2.458.740
(9)= (3)-(8)	Margem limite legal da dívida total	7.808.584
(10)= (9)/(3)	Margem limite legal da dívida total %	76.05
(11)= (9)*20%	Margem possível para aumento dívida total em 2017	1.561.701



No que diz respeito ao cálculo da dívida total do Município para o ano de 2016, é de referir que o montante atribuído à contribuição das entidades corresponde ao valor do ano transacto. Apesar de terem sido efectuadas todas as diligências no sentido da obtenção das demonstrações financeiras actualizadas destas entidades, à data de elaboração deste relatório aguardamos ainda os valores reportados a 31 de Dezembro de 2016.

Do exposto e, ressalvando as limitações decorridas da informação obtida pelas entidades participadas, o Município apresenta no exercício de 2016 uma dívida de 2.458.740€, o que se traduz numa margem positiva de 7.808.504€ em relação ao limite estabelecido nos termos legais que é de 10.267.244€.

4. Análise Patrimonial

O controlo e a transparência da actividade financeira e das relações financeiras do Município constituem um dos objectivos e princípios definidos no POCAL.

O Balanço e Demonstração de Resultados proporcionam uma visão completa da situação financeira, patrimonial, económica e monetária do Município à data de encerramento do exercício.

4.1 Balanço

Com a apreciação do Balanço face ao ano transacto, pretende-se analisar a evolução da situação do Município a 31 de Dezembro de 2016.

O Balanço é constituído pelos seguintes elementos:

- ✓ Ativo – Apresenta o conjunto de bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos;
- ✓ Fundos Próprios – Expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas e dos resultados;

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Barral' and a large scribble]



- ✓ Passivo – Constituído pelo conjunto de obrigações do Município, provisões para fazer face a riscos e encargos e os acréscimos e diferimentos.

A estrutura patrimonial do Município, bem como a sua evolução entre os exercícios de 2015 e de 2016, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 14. Balanço

	2015	2016
Ativo	43.642.476	43.461.653
Ativo Fixo	35.424.715	36.304.559
Imobilizado	35.424.715	36.304.559
Bens Domínio Público	15.169.892	15.620.253
Imobilizado Incorpóreo	0	0
Imobilizado Corpóreo	20.254.823	20.684.306
Investimentos Financeiros	3.040.625	2.934.243
Ativo Circulante	6.161.940	4.206.370
Existências	190.547	164.297
Dívidas de Terceiros	1.840.426	1.908.684
Disponibilidades	3.120.967	2.133.389
Acréscimos e Diferimentos	25.198	16.461
Fundos Próprios	34.587.969	34.993.675
Património	7.425.486	7.914.416
Reservas	1.000.404	1.000.404
Resultados Transitados	25.853.149	25.444.549
Resultado Líquido	488.950	634.306
Passivo	8.074.507	8.467.980
Provisões	48.004	48.004
Dívidas a Terceiros ml	2.034.237	1.650.681
Dívidas a Terceiros cp	670.366	676.728
Acréscimos e Diferimentos	6.321.900	6.063.967

O Ativo do Município regista em 31 de Dezembro de 2016 um montante global de 43.461.653€, tendo origem em Fundos Próprios cujo valor ascende a 34.993.675€ e o Passivo que atinge o montante de 8.467.980€.

Em comparação com o ano de 2015, o Ativo Fixo aumentou em 879.844€, passando de 35.424.715€ em 2015 para 36.304.559€ no ano de 2016, sendo na sua maior fatia



proveniente da variação positiva dos bens de domínio público, seguida das imobilizações corpóreas.

O Ativo continua constituído maioritariamente pelo Imobilizado, apresentando um montante de 36.304.559€

Os Investimentos Financeiros são o segundo elemento patrimonial com maior peso na estrutura do Ativo, com um montante de 2.934.243€, seguidos da rubrica das Disponibilidades, com um montante de 2.133.389€.

As Dívidas a Terceiros aumentaram ligeiramente o montante, passando de 1.840.426€ em 2015 para 1.908.684€ no ano 2016.

As rubricas das Existências e dos Acréscimos e Diferimentos apresentam valores residuais, no que se refere ao peso na estrutura do Ativo total.

O Passivo do Município é maioritariamente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo um valor muito reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

O aumento verificado no total dos Fundos Próprios, em relação ao final do ano 2015, é influenciado pelo aumento da rubrica do Património, que resulta da incorporação do Resultado Líquido de Exercício do ano transacto, conforme o disposto no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

No que diz respeito ao Passivo, em 31 de Dezembro de 2016 registou um valor de 8.467.980€, o que revela um decréscimo de 606.527€ no valor global, influenciado pela diminuição da rubrica das dívidas a terceiros de médio e longo prazo e pela rubrica de acréscimos e diferimentos, que também registou um decréscimo de 238.333€, por força da aplicação do princípio da Especialização dos Exercícios.



[Handwritten signatures and notes on the right margin]

Gráfico8: Estrutura do Ativo - Anos 2015 e 2016

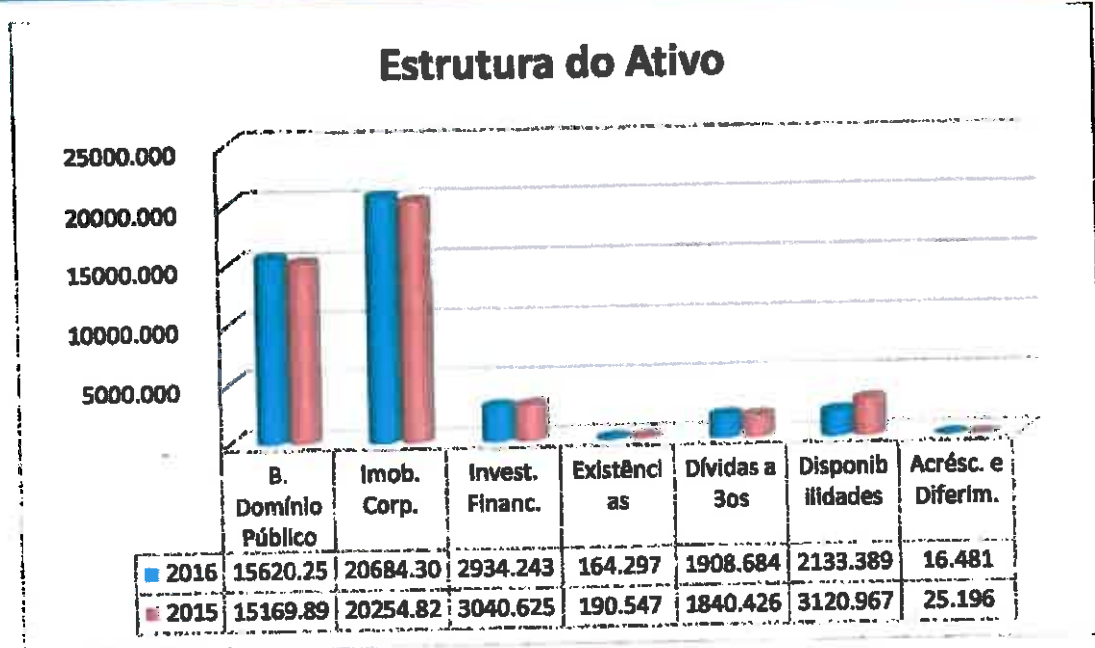
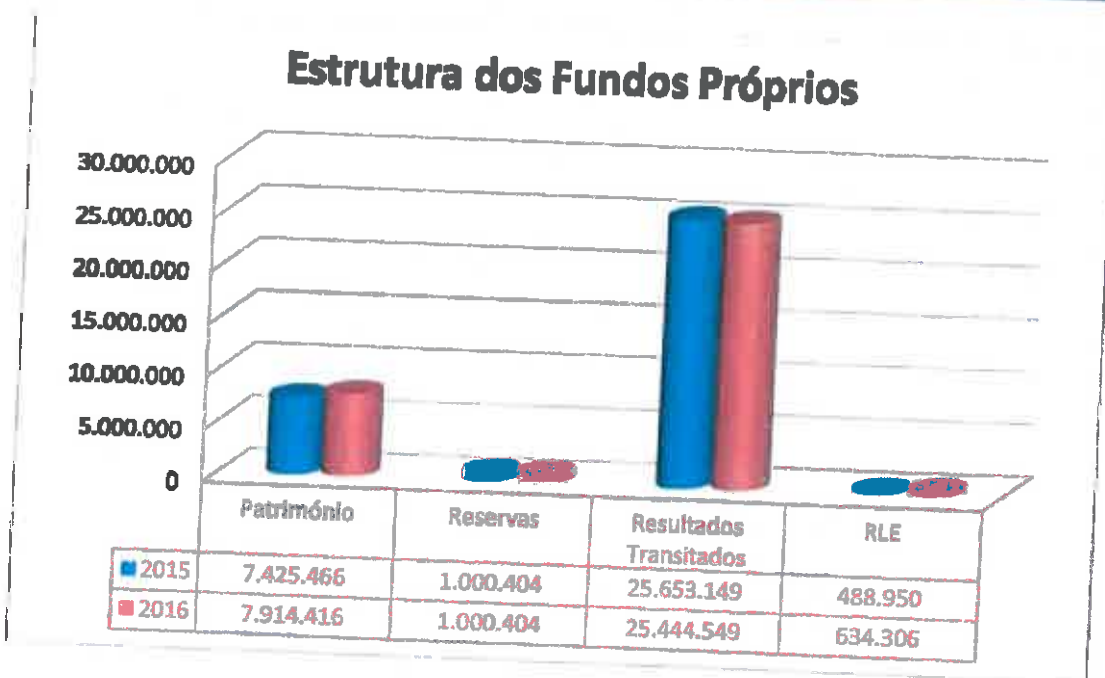


Gráfico9: Estrutura do Ativo - Ano 2016





Gráfico 10: Estrutura dos Fundos Próprios - Anos 2015 e 2016



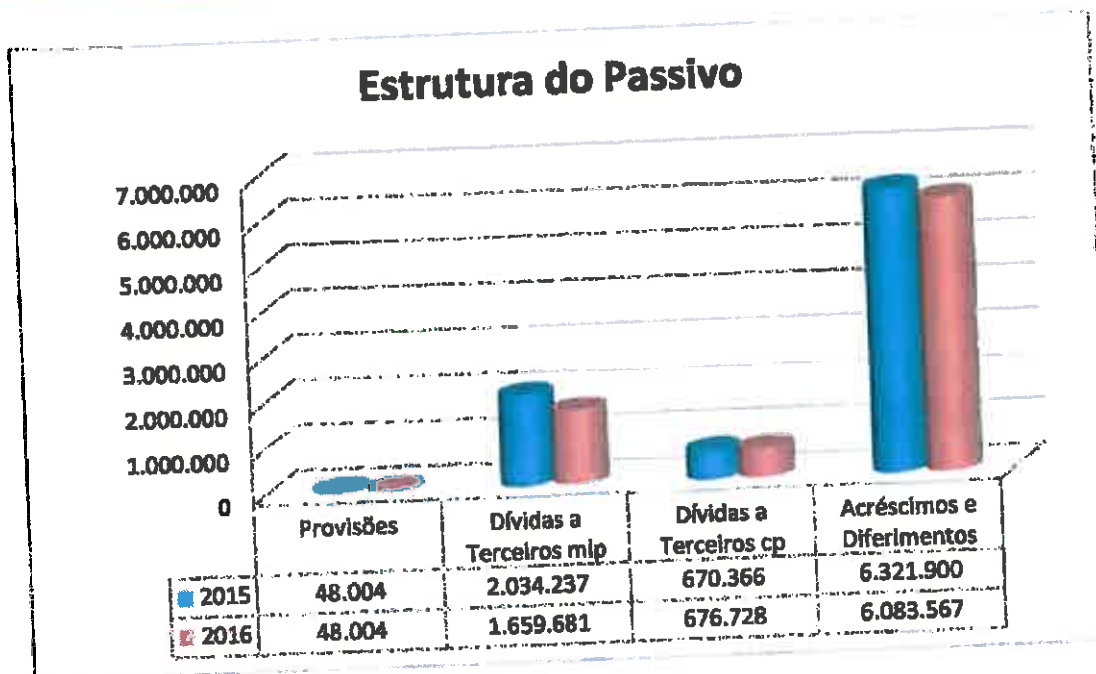
[Handwritten signatures and notes on the right margin]

Gráfico 11: Estrutura dos Fundos Próprios - Ano 2016



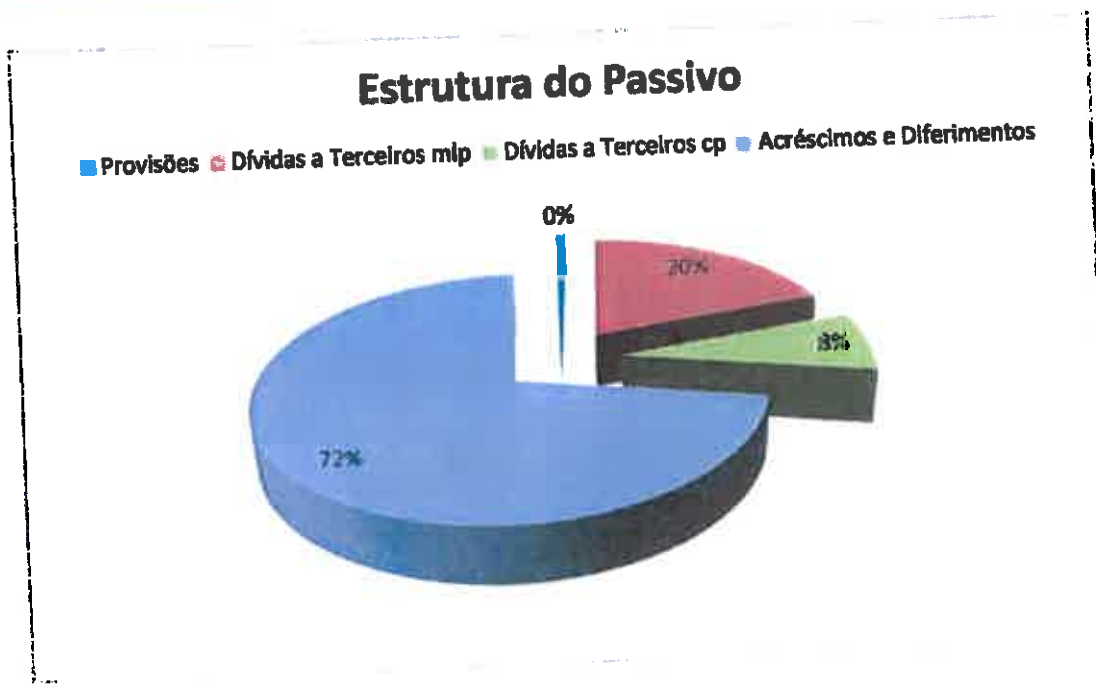


Gráfico12: Estrutura do Passivo – Anos 2015 e 2016



[Handwritten signatures and notes on the right margin]

Gráfico13: Estrutura do Passivo – Anos 2016





4.2 Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber o modo como o Resultado de Exercício foi gerado tendo em conta o comportamento dos Custos e dos Proveitos.

No que respeita à actividade desenvolvida pelo Município, no exercício económico de 2016 verificou-se um incremento de 145.358€, aumento este que resultou da redução dos custos e perdas ser superior à redução dos proveitos e ganhos.

Os quadros seguintes patentenam, de forma desagregada os Proveitos, os Custos e os Resultados, efectuando uma análise comparativa, entre o ano de 2015 e de 2016.

4.2.1 Proveitos

No exercício referente ao ano de 2016, registam-se Proveitos no montante de 7.697.798€, registando uma diminuição de 259.130€ em relação aos proveitos obtidos no ano precedente.

Desta forma, no quadro e no gráfico seguinte é possível visualizar a evolução dos Proveitos no ano de 2016 e a sua distribuição percentual face ao exercício de 2015.

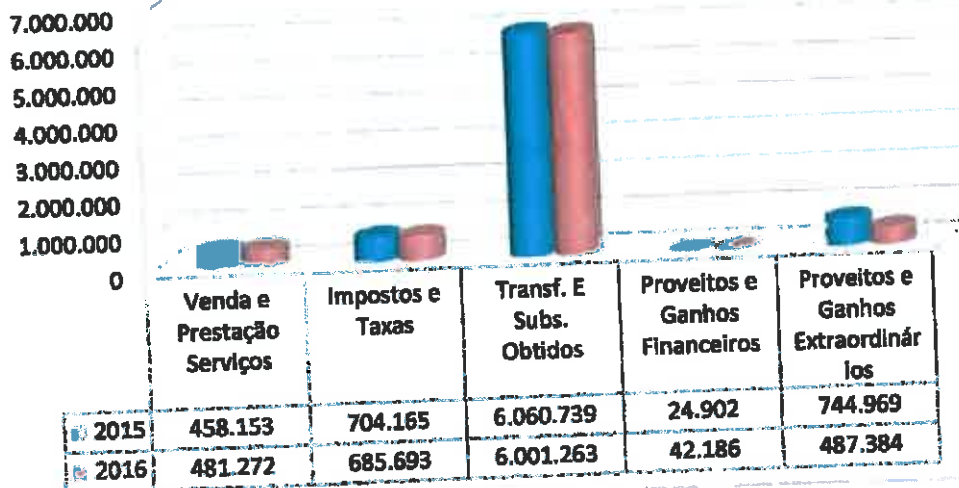
Quadro 15 - Proveitos

	2015	2016
71 - Venda e Prestação de Serviços	458.153	481.272
72 - Impostos e Taxas	704.165	685.693
74 - Transferências e Subsídios Obtidos	6.080.739	6.001.263
78 - Proveitos e Ganhos Financeiros	24.902	42.186
79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários	744.969	487.384
Total	7.992.928	7.697.798



Gráfico14: Estrutura dos Proveitos - Anos 2015 e 2016

Estrutura dos Proveitos

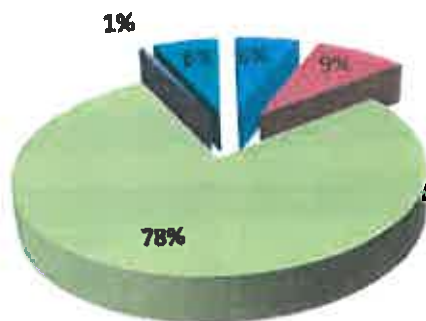


[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin]

Gráfico15: Estrutura dos Proveitos - Ano 2016

Estrutura dos Proveitos

- Venda e Prestaç Serviços
- Impostos e Taxas
- Transf. e Subs. Obtidos
- Proveitos e Ganhos Financeiros
- Proveitos e Ganhos Extraordinários



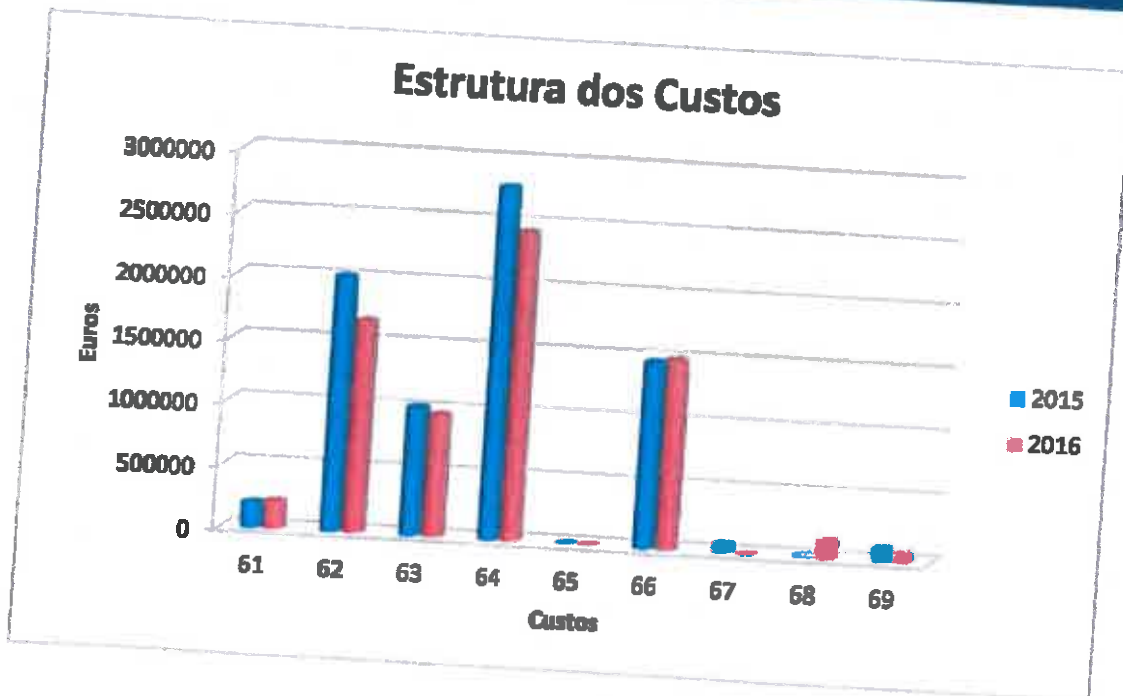


4.2.2 Custos

Os custos do exercício económico de 2016 totalizaram o montante de 7.063.492€, representando uma redução de 670.281€ quando comparado com o ano anterior.

Quilómetros Custos		
	2015	2016
61 - CIVIMC		
62 - FSE	209.702	220.516
63 - Transferências e Subídios Correntes	2.020.854	1.880.829
64 - Custos com Pessoal	1.020.198	971.158
65 - Outros Custos e Perdas Operacionais	2.797.889	2.450.379
66 - Amortizações de Exercício	6.828	2.435
67 - Provisões do Exercício	1.480.918	1.810.295
68 - Custos e Perdas Financeiras	75.215	0
69 - Custos e Perdas Extraordinárias	19.075	146.496
Total	7.733.773	7.063.492

Quilómetros Custos - Anos 2015 e 2016

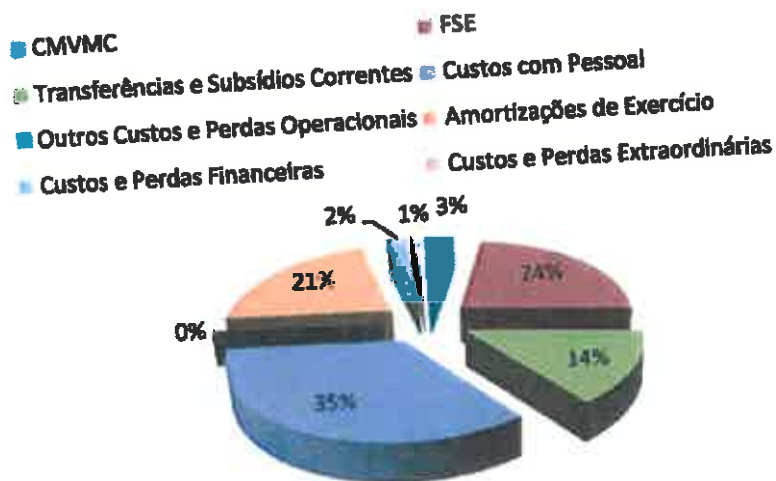


Handwritten signatures and initials on the right margin.



Gráfico 17: Estrutura dos Custos - Ano 2016

Estrutura dos Custos



4.2.3 Resultados

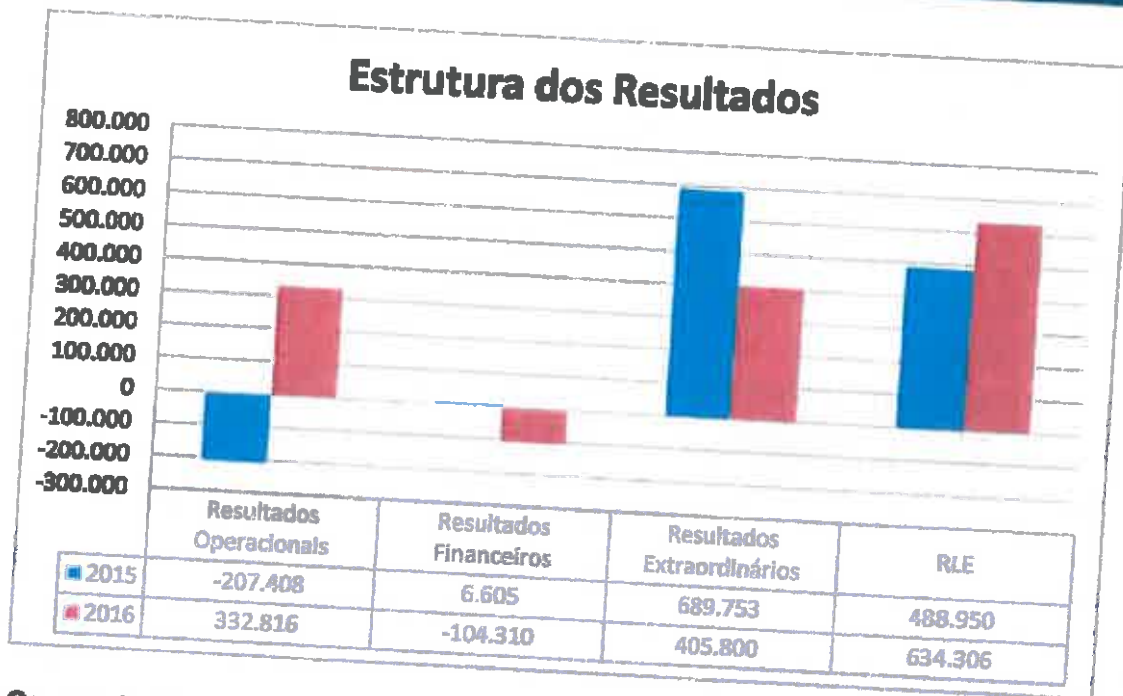
A evolução dos Resultados pode ser analisada no quadro e no gráfico a seguir apresentados:

Quadro 17: Resumo da Demonstração de Resultados

	2015	2016
Operacionais (a)	-207.408	332.816
Financeiros (b)	6.605	-104.310
Extraordinários (c)	689.753	405.800
Total	488.950	634.306



Grupo 18: Estrutura dos Resultados - Anos 2015 e 2016



Os resultados operacionais também conhecidos como resultados económicos, reflectem os ganhos ou perdas do Município, que no caso do Município de Carrazeda de Ansiães totalizou um ganho de 332.816€. Para este resultado concorrem os Proveitos Operacionais com um valor de 7.168.228€ e os Custos Operacionais com um valor de 6.835.412€.

Assim, conclui-se que os resultados operacionais foram superiores aos do ano 2015, passando de (-) 207.408€ para 332.816€.

Os resultados financeiros tiveram um pior desempenho em 2016, totalizando o montante de (-) 104.310€.

Já os resultados extraordinários apresentam em 2016, uma diminuição de 283.953€, passando dos 689.753€ para 405.800€ em 2016.



5. Indicadores de Gestão

5.1. Liquidez Geral

Mede a capacidade que o Município para fazer face aos débitos ou compromissos de curto prazo. Verifica-se que o Município não tem dificuldades de tesouraria pois apresenta uma taxa de 621.58%. (Liquidez Geral = Ativo Circulante/Passivo Exigível de cp)

5.2. Endividamento

Mede o grau de dependência de financiamento externo, face ao financiamento total e apresenta uma taxa de 5.49%. (Endividamento = Passivo / Ativo Líquido)

5.3. Autonomia Financeira

Traduz a estrutura de capitais do Município, ou seja, a forma como são financiados os ativos.

O rácio apresenta um valor de 80.52%, o que significa que o Município apresenta um bom grau de Autonomia Financeira. (Autonomia Financeira = Fundo Próprio / Ativo Total)

6. Proposta de Aplicação de Resultados

Em cumprimento com o disposto no POCAL e com base no Balanço e na Demonstração de Resultados relativos a 31.12.2016 verifica-se que o Resultado Líquido de Exercício do ano em análise se cifrou em 634.306€. Atendendo a que o valor da conta 51- Património não reflete a 31.12.2016 mais de 20% do valor do Ativo Líquido, propõem-se a aplicação da totalidade do RLE na conta 51- Património.

De referir que a aplicação do RLE é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.



7. Contas Consolidadas

De acordo com o ao disposto no art.º 75 da Lei nº73/2013 este município encontra-se legalmente obrigado à consolidação de contas por força da sua participação na Escola Profissional de Ansiães.

Conforme resulta do art.º 76 nº2 a consolidação ocorrerá na sessão do mês de Junho.

8. Contabilidade de Custos

O POCAL, estabelece a obrigatoriedade de implementação da Contabilidade de Custos no apuramento dos custos por funções.

No decorrer do ano de 2016, as condições básicas para obtenção de informação sobre os custos encontram-se reunidas, sendo agora necessário um acompanhamento mais intensivo na área dos outputs produzidos para que possam garantir a fiabilidade da informação obtida através dos subsistemas contabilísticos.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

